PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

Concurso Público – Edital 04/2022
Prova objetiva e discursiva – 16/10/2022

INSCRIÇÃO	TURMA	NOME DO CANDIDATO

ASSINO DECLARANDO QUE LI E COMPREENDI AS INSTRUÇÕES ABAIXO:	ORDEM

437 – Procurador municipal

INSTRUÇÕES

1. **Confira, acima, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.**
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. **Antes de iniciar a prova**, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova desta fase é composta de 30 questões objetivas e 1 questão discursiva.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a**, **b**, **c**, **d**, **e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber o cartão-resposta e a folha de versão definitiva, examine-os e verifique se o nome neles impresso corresponde ao seu. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
8. A questão discursiva deverá ser resolvida no caderno de prova e transcrita **NA ÍNTEGRA** para a folha de versão definitiva, com caneta de tinta preta, respeitando o limite máximo de linhas.
   Na questão discursiva, será considerado para correção apenas o texto que conste na folha de versão definitiva.
9. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão resposta e para a folha de versão definitiva.
10. **Terá sua prova anulada e será automaticamente desclassificado do Concurso Público o candidato que:**
    a) recusar-se a entregar o material de prova ao término do tempo destinado para a sua realização;
    b) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, autoridades presentes ou outro candidato;
    c) praticar atos contra as normas ou a disciplina ou que gerem desconforto durante a aplicação da prova;
    d) deixar de cumprir instruções/determinações do aplicador de prova ou inspetor;
    e) descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de versão definitiva;
    f) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação;
    g) utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter para si ou para terceiros a aprovação no Concurso Público;
    h) não se submeter ao controle de detecção de metal;
    i) ausentar-se do recinto durante a realização da prova sem o acompanhamento de membro da equipe de aplicação do Concurso Público;
    j) afastar-se da sala durante a realização da prova portando o material de prova;
    k) retirar-se da sala de prova antes de decorrida uma hora e trinta minutos do início da prova, de acordo com o subitem 9.4.15 do edital;
    l) retirar-se definitivamente da sala de prova em desacordo com o subitem 9.4.16 do edital (os três últimos candidatos de cada turma só poderão se retirar da sala de prova simultaneamente).
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o material de prova.
11. Após a entrega do material ao aplicador de prova, dirija-se imediatamente ao portão de saída e retire-se do local de prova, sob pena de ser excluído do Concurso Público.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro disponível no verso desta folha, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

✂ .....

RESPOSTAS									
01	04 -	07 -	10 -	13 -	16 -	19 -	22 -	25 -	28 -
02 -	05 -	08 -	11 -	14 -	17 -	20 -	23 -	26 -	29 -
03 -	06 -	09 -	12 -	15 -	18 -	21 -	24 -	27 -	30 -

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir é referência para as questões 01 a 10.

Guerra diminuiu apetite por risco de investidores de startup

Emanuel Pessoa

1 Desde a crise financeira de 2008, os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, injetam grandes volumes de
2 dinheiro na economia. Isso aumentou fortemente a quantidade de capital disponível nos mercados, com mais dinheiro em circulação
3 nos últimos 14 anos.
4 Um dos efeitos colaterais foi o inchaço do valor de mercado das empresas de tecnologia e o aumento descomunal no número
5 de startups investidas. Com dinheiro _____ preço extremamente baixo se comparado ao período pré-2008, os investidores tinham
6 dinheiro em excesso e aportaram em empresas de mérito duvidoso. Só no Brasil, as startups receberam US$ 9,4 bilhões em 2021,
7 segundo levantamento da plataforma Distrito.
8 _____, **essa tendência** apresenta desgaste. O ponto de **inflexão** pode ser a guerra da Ucrânia. Nos últimos meses,
9 muitos investidores já demonstraram a necessidade de verem resultados concretos de suas investidas. **No entanto**, a maior parte
10 **deles** ainda os ignorava diante de um discurso megalomaníaco por parte dos fundadores do próximo Uber disso ou do novo
11 Facebook daquilo.
12 O conflito provocou um aumento fortíssimo no preço das commodities, **já que** as sanções contra a Rússia e o receio de uma
13 escalada na disputa armada levaram os investidores _____ anteciparem uma subida futura de preços, comprarem mais para
14 estocar e aportarem capital em várias delas (sendo o ouro um exemplo) para proteger seu dinheiro.
15 Assim, o apetite por risco diminuiu de modo que as startups agora precisam comprovar uma relação de probabilidade entre
16 risco e retorno, muito superior ao período precedente _____ guerra, para receberem os mesmos investimentos.
17 Embora o capital barato tenha incentivado o crescimento de startups, esse tipo de montante também mascarava ineficiências
18 que levaram _____ destruição imensa de valor, como aconteceu no caso do WeWork.
19 Por mais que seja desejável a realização de investimentos em empresas de inovação, ela deve se guiar por regras que
20 prestigiem startups que fazem seu dever de casa, cortando ineficiências e crescendo de forma escalável, sob pena de que o capital
21 abundante oferecido pelo mundo seja desperdiçado em investimentos indevidos.

(Jornal *O Estado de S. Paulo*, ano 143, n. 47033, p. B2, 26 jul. 2022. Adaptado.)

01 - Assinale a alternativa que preenche corretamente o quadro no início da linha 8.

a) De modo que.
b) Dessa forma.
c) Tanto que.
d) Portanto.
►e) Contudo.

02 - Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas (linhas 5, 13, 16 e 18), na ordem em que aparecem no texto.

a) a – a – a – a.
b) a – à – a – a.
►c) a – a – à – à.
d) à – à – à – à.
e) à – à – a – a.

03 - O termo "deles" (linha 10) faz referência a:

►a) investidores.
b) últimos meses.
c) dinheiro em excesso.
d) resultados concretos.
e) fundadores.

04 - A expressão "inflexão" (linha 8) pode ser substituída sem prejuízo de sentido por:

►a) mudança.
b) instabilidade.
c) confirmação.
d) resultado.
e) dúvida.

05 - O termo "No entanto", destacado na linha 9, estabelece com as informações anteriores uma relação de:

a) condição.
►b) adversatividade.
c) concessão.
d) explicação.
e) conclusão.

06 - A expressão "essa tendência" (linha 8) faz referência a:

a) fundação de startups como Uber e Facebook.
b) grandes volumes de dinheiro disponível no mercado.
c) crescimento de startups no Brasil por conta da guerra na Ucrânia.
d) necessidade de os investidores verem resultados concretos das suas investidas.
►e) aporte de grande quantidade de dinheiro pelos investidores em startups de mérito duvidoso.

07 - Releia o seguinte trecho:

Desde a crise financeira de 2008, os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, injetam grandes volumes de dinheiro na economia.

De acordo com a norma padrão escrita da língua portuguesa, esse trecho também pode ser pontuado da seguinte forma:

a) Desde a crise – financeira de 2008 –, os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos injetam, grandes volumes de dinheiro, na economia.
b) Desde a crise financeira, de 2008, os países desenvolvidos principalmente os Estados Unidos injetam grandes volumes de dinheiro; na economia.
c) Desde a crise financeira de 2008 os países desenvolvidos, principalmente, os Estados Unidos injetam grandes volumes de dinheiro na economia.
►d) Desde a crise financeira de 2008, os países desenvolvidos – principalmente os Estados Unidos – injetam grandes volumes de dinheiro na economia.
e) Desde a crise, financeira de 2008, os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, injetam grandes volumes de dinheiro na economia.

08 - O tema central do texto é:

a) Crise financeira das startups brasileiras por conta das sanções contra a Rússia após o ataque à Ucrânia.
b) Risco de arruinamento de startups causado por dinheiro em excesso injetado na economia após a guerra da Ucrânia.
►c) Queda de investimentos em startups de capacidade duvidosa motivada por consequências da guerra da Ucrânia.
d) Falência das startups causada pelo aumento fortíssimo no preço das commodities.
e) Queda do valor de mercado das startups causada pelo discurso dos fundadores do Uber e do Facebook.

09 - De acordo com o texto, entre as alternativas a seguir, é intenção do autor:

a) Denunciar a injeção excessiva de dinheiro em empresas de tecnologia e startups feita pelos países desenvolvidos.
b) Noticiar a queda de investimentos nas startups Uber e Facebook.
c) Imputar à Ucrânia a culpa pela ineficiência das startups.
►d) Alertar para a necessidade de investimento responsável em empresas de inovação eficientes.
e) Divulgar o crescimento das startups brasileiras em 2021.

10 - De acordo com o texto, considere as seguintes afirmativas:

1. A queda de investimento em startups foi causada pela crise financeira de 2008.
2. O preço do ouro subiu por conta da guerra da Ucrânia.
3. O investimento em empresas que não comprovam viabilidade entre risco e retorno diminuiu.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
b) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
►d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11 - Assinale a alternativa que corresponde a competência(s) material(is) exercida(s) pelos Municípios.

a) Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
b) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado.
c) Estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.
d) Prestar o serviço de transporte coletivo dentro dos limites da região metropolitana.
►e) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

12 - Acerca do processo de alteração da Lei Orgânica do Município de Colombo, assinale a alternativa correta.

a) As alterações na Lei Orgânica do Município de Colombo que tratem da composição da Câmara Municipal devem ser propostas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos vereadores municipais, devendo obter 3/5 (três quintos) de votos favoráveis dos respectivos vereadores, em dois turnos de votação.
b) A Lei Orgânica do Município de Colombo poderá ser alterada mediante proposição de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal, devendo ser aprovada pela maioria absoluta dos vereadores municipais e estando sujeita a posterior sanção do Prefeito Municipal para que seja publicada.
c) A derrubada de veto do Prefeito Municipal a proposta de alteração da Lei Orgânica do Município de Colombo deverá ser aprovada pela maioria absoluta dos vereadores municipais.
d) O prefeito municipal não poderá apresentar propostas de alteração à Lei Orgânica do Município de Colombo no interstício compreendido entre as eleições para o Poder Executivo municipal e a posse do novo prefeito, a qual se dará em 1º de janeiro do ano subsequente às eleições municipais.
►e) A proposta de emenda à Lei Orgânica do Município de Colombo será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada se obtiver 2/3 (dois terços) de votos favoráveis dos integrantes da Câmara Municipal, em ambos os turnos.

13 - As Súmulas Vinculantes passaram a ser previstas no ordenamento brasileiro a partir da Emenda Constitucional n.º 45/2004, cabendo ao Supremo Tribunal Federal sua edição, revisão ou cancelamento. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

a) Dentre outros, cabe ao Presidente do Senado Federal a legitimidade para a propositura de edição, revisão ou cancelamento de Súmulas Vinculantes.
b) A Constituição da República estabelece que a legitimidade para a propositura da edição de Súmulas Vinculantes é reservada aos legitimados para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade.
c) Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais devem solicitar ao Superior Tribunal de Justiça a proposição de edição de Súmula Vinculante.
►d) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de Súmula Vinculante.
e) O Presidente da República deverá solicitar ao Congresso Nacional a propositura da edição, revisão ou cancelamento de Súmulas Vinculantes.

14 - Dadas as disposições constitucionais relacionadas à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de municípios e tendo em conta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

►a) Atualmente não é permitida a criação de novos municípios no Brasil.
b) Cabe à Lei complementar estadual a disciplina da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.
c) Lei estadual poderá revogar ato normativo de criação de município, a fim de promover sua fusão com outro.
d) A criação de municípios far-se-á por lei estadual e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população estadual.
e) A fusão de dois municípios dependerá de iniciativa legislativa de ambos os municípios envolvidos e de consulta, mediante plebiscito, aos eleitores registrados nas duas municipalidades.

15 - O Município de Colombo lançou edital de seleção voltado à contratação de organização da sociedade civil com vistas à prestação de serviços de saúde, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco e mediante a transferência de recursos financeiros à entidade contemplada. O instrumento contratual que será celebrado pela municipalidade com a organização contemplada em tal edital é o:

a) Convênio.
►b) Termo de Colaboração.
c) Termo de Fomento.
d) Termo de Outorga.
e) Acordo de Cooperação.

16 - Sobre os regimes de execução de obras públicas previstos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) Na contratação por tarefa, tem-se a contratação da execução da obra por preço certo de unidades determinadas.
b) Na empreitada integral, tem-se a contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
c) Na empreitada por preço global, tem-se a contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
d) Na contratação integrada, tem-se a contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional.
►e) Na contratação semi-integrada,tem-se a contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

17 - Tendo em conta o regime de vantagens pecuniárias devidas aos servidores públicos do Município de Colombo, conforme disposições constantes da Lei Municipal nº 1.348/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e da Lei Municipal n.º 1.349/2014, assinale a alternativa correta.

►a) Fará jus ao adicional por trabalho noturno o servidor púbico cujo trabalho seja prestado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.
b) Ao completar 5 (cinco) anos de efetivo exercício, o servidor público fará jus a quinquênio, correspondente a 5% (cinco por cento) calculado sobre seu vencimento básico.
c) A progressão horizontal será implementada no mês subsequente à apresentação de documentação comprobatória de titulação por parte do servidor público.
d) Os adicionais de insalubridade e periculosidade pagos ao servidor público servirão para a base de cálculo da contribuição previdenciária.
e) O adicional de produtividade será incorporado ao vencimento básico do servidor público caso percebido pelo período de, no mínimo, 10 (dez) anos.

18 - Acerca da desapropriação, assinale a alternativa correta.

a) É de competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal legislar sobre desapropriação.
b) Nos casos em que o Município promover desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, deverá indenizar o expropriado com prévia e justa indenização em dinheiro.
►c) A empresa autorizatária da exploração de atividade econômica de serviços ferroviários poderá promover desapropriação, desde que tal possibilidade conste de lei ou contrato.
d) A desapropriação-sanção, que é a primeira medida a ser adotada pelo Município quando o proprietário de terreno urbano não dá destinação a este, deve ser paga mediante títulos da dívida pública.
e) Compete à União, mediante decreto, a declaração de utilidade pública de imóvel a ser desapropriado pelo Distrito Federal.

19 - Acerca dos diferentes regimes previdenciários, e tendo em conta as disposições constitucionais e as veiculadas pela Emenda Constitucional 103/2019 sobre a matéria, assinale a alternativa correta.

a) A instituição de regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo depende de lei complementar de iniciativa do respectivo ente federado, a qual é sujeita a iniciativa geral.
►b) As contribuições para o custeio de Regime Próprio de Previdência Social poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
c) O Regime Geral de Previdência Social será custeado mediante contribuição do empregador, de trabalhadores da ativa, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
d) O servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária.
e) É vedada a acumulação de duas ou mais pensões por morte deixadas por um mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis.

20 - O Regime de Previdência Complementar do Município de Colombo foi instituído pela Lei Municipal nº 1.597/2021. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

►a) A filiação ao Regime de Previdência Complementar do Município de Colombo será automática para o servidor que receba remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, devendo este requerer de modo expresso sua não adesão a tal regime.
b) Poderão filiar-se ao Regime de Previdência Complementar do Município de Colombo os trabalhadores que se enquadrem como servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo, servidores públicos ocupantes de cargo exclusivamente em comissão e os empregados públicos.
c) Em decorrência do princípio da solidariedade social, União, Estado e Município serão patrocinadores do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar municipal.
d) O Regime de Previdência Complementar do Município de Colombo não poderá prever benefícios decorrentes dos eventos invalidez e morte do participante ante o seu caráter não securitário.
e) A contribuição do patrocinador do Regime de Previdência Complementar do Município de Colombo será fixada como contrapartida exata à contribuição havida do participante, em percentual calculado sobre seu salário-base e por este definido.

21 - Acerca das modalidades de aposentadoria do servidor público, assinale a alternativa correta.

a) A aposentadoria compulsória aplica-se tanto a servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo, como aos ocupantes de cargos exclusivamente em comissão.
b) Em decorrência do vínculo celetista, não se aplica a aposentadoria compulsória aos empregados públicos.
c) A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho dar-se-á com proventos proporcionais ao tempo de serviço em caso de invalidez decorrente de acidente de trabalho.
►d) Quando insuscetível a readaptação do servidor público após doença do trabalho, deverá este ser aposentado por incapacidade permanente para o trabalho.
e) A Emenda Constitucional 103/2019 proibiu a criação de distinção entre gêneros dos segurados para fins de aposentadoria voluntária por idade.

22 - Tendo em conta as normas sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Colombo, assinale a alternativa correta.

a) A concessão de benefícios de pensão por morte ou aposentadoria por invalidez permanente está sujeita a carência de 6 (seis) meses após a entrada em exercício do servidor público.
►b) Os agentes públicos temporários do Município de Colombo não poderão ser segurados do Regime Próprio de Previdência Social.
c) Caso haja negativa de registro de aposentadoria do servidor público por parte do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, deverá este devolver à municipalidade as quantias recebidas a título de aposentadoria.
d) A aplicação de pena de cassação de aposentadoria não acarretará a perda da qualidade de segurado do Regime Próprio.
e) Consideram-se dependentes dos segurados, com relação de dependência presumida, o cônjuge ou convivente, os filhos menores e os ascendentes até o primeiro grau.

23 - Conforme o Código de Processo Civil em vigor, o município será representado em juízo (ativa e passivamente) por seu prefeito, procurador ou por Associação de Representação de Municípios. Para que a Associação de Representação de Municípios possa representar um município em juízo, é necessário:

a) que haja autorização expressa tanto do Chefe do Poder Executivo municipal quanto do Procurador daquele município.
b) que a questão seja de interesse, ao menos, de algum dos municípios associados e que haja autorização dos Chefes do Poder Executivo municipal e estadual, estipulando genericamente o direito ou a obrigação objeto das medidas judiciais.
►c) que a questão seja de interesse comum dos municípios associados e que haja autorização do chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.
d) que a representação pela associação tenha autorização de todos os procuradores dos municípios que compõem a associação e que haja indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.
e) que a questão seja de interesse comum dos municípios associados e que haja indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais, sem a necessidade de autorização do chefe do Poder Executivo Municipal.

24 - Considerando a hipótese de uma demanda pleiteando danos materiais em face de um município e tendo em vista a regulamentação dos prazos processuais no Código de Processo Civil atual, é correto afirmar:

a) Os prazos processuais, para os entes da Fazenda Pública, devem ser computados em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar.
b) Os prazos processuais devem ser computados sem qualquer acréscimo, tanto para os entes da Fazenda Pública quanto para os particulares em geral, tendo em vista os princípios da isonomia e da celeridade processual.
c) Os prazos processuais devem ser computados em dobro para a Fazenda Pública desde que haja expressa estipulação do juízo no caso concreto.
d) Os prazos para a Fazenda Pública devem ser computados em quádruplo para todas as suas manifestações processuais, tendo em vista a tutela do interesse público.
►e) Os prazos processuais devem ser computados em dobro para as manifestações processuais dos municípios, a não ser nos casos em que a lei fixar prazo específico para o ente público.

25 - De acordo com a Lei n.º 12.016/2009, na situação de um mandado de segurança impetrado sem que a petição inicial preencha todos os requisitos legais, o juízo deve:

a) determinar a intimação do impetrante para que faça as devidas correções no prazo de 15 dias.
b) determinar a intimação do impetrante e do paciente para que qualquer um deles faça as devidas correções no prazo de 48 horas.
c) indeferir a petição inicial por decisão motivada, seja porque o prazo legal de impetração já decorreu, seja porque o pedido contraria jurisprudência do tribunal local.
►d) indeferir a petição inicial por decisão motivada, seja porque faltam requisitos legais, seja porque o prazo legal de impetração decorreu.
e) verificar se os requisitos que faltam são, de fato, essenciais para o julgamento, podendo dispensá-los se a causa for urgente.

26 - A criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública estendeu aos entes públicos a prestação jurisdicional em procedimento diferenciado com o fim de simplificar o acesso do jurisdicionado à tutela jurisdicional. Contudo, tendo em vista sua natureza e fins específicos, não são quaisquer causas nem sujeitos que podem atuar perante esses Juizados Especiais. Assim, de acordo com a Lei n.º 12.153/2009, as partes no Juizado Especial da Fazenda Pública podem ser:

a) ativa ou passivamente, pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte.
b) passivamente, apenas os entes da Administração Pública Indireta.
c) ativamente, pessoas físicas e pessoas jurídicas em geral.
►d) passivamente, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como as autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.
e) ativa ou passivamente, os sujeitos que tenham capacidade processual e postulatória.

27 - Uma das causas de anulabilidade dos negócios jurídicos é a incapacidade relativa das partes. De acordo com a legislação brasileira em vigor, para os menores a incapacidade cessará em razão de:

a) colação de grau em curso de ensino técnico.
b) existência de relação de emprego já estabelecida por, pelo menos, 2 anos.
►c) casamento.
d) exercício de cargo público comissionado.
e) concessão dos pais, mediante instrumento público homologado judicialmente.

28 - L.R. ocupa um imóvel urbano por 10 anos e pretende adquirir sua propriedade por meio da usucapião. O proprietário do imóvel em questão é A.J., servidor público federal, destacado em país estrangeiro para cumprir serviços em prol da União há mais de 20 anos e que lá continua no exercício do seu ofício. Caso a ação de usucapião seja ajuizada por L.R., com base no exposto, a defesa de A.J., para evitar procedência da demanda, deverá alegar que o imóvel não pode ser usucapido porque:

►a) o prazo para a prescrição aquisitiva não corre enquanto A.J. estiver a serviço da União em país estrangeiro.
b) L.R. não tem qualquer documento jurídico que demonstre a transferência da posse.
c) L.R., por não ser proprietário, não poderá sequer ser considerado possuidor, mas mero detentor.
d) o prazo de usucapião para bens imóveis é de 15 anos.
e) o réu (A.J.) não pode ser citado (ou intimado) em país estrangeiro.

29 - Na hipótese de particulares estabelecerem sua moradia ocupando indevidamente um determinado terreno público de propriedade do município, sobre tais ocupantes é correto afirmar:

a) que exercerão posse de boa-fé se não houver qualquer edificação no imóvel.
►b) que não exercerão posse, tratando-se de mera detenção, de acordo com a jurisprudência do STJ, e que não terão direito a indenização por benfeitorias.
c) que exercerão posse injusta tendo em vista que não são proprietários do imóvel.
d) que exercerão detenção, e por isso, de acordo com a jurisprudência do STJ, terão direito a indenização por benfeitorias.
e) que exercerão posse, mas injusta e de má-fé justamente por se tratar de terreno público.

30 - M.S. adquiriu um imóvel por valor substancialmente abaixo do preço de mercado. D.H., o vendedor, só realizou o negócio porque precisava urgentemente do dinheiro a fim de conservar a saúde de sua mãe por meio de uma cirurgia indispensável. A urgência e a indispensabilidade da cirurgia não eram conhecidas por M.S., o comprador. Tendo em vista os defeitos dos negócios jurídicos, o caso descrito configura:

a) estado de perigo.
b) simulação.
►c) lesão.
d) erro.
e) coação moral.

QUESTÃO DISCURSIVA

A Câmara Municipal de Colombo aprovou o projeto de Lei n.º XX/22, o qual dispõe sobre a proibição de divulgação de material com informação de ideologia de gênero em escolas municipais no âmbito do Município de Colombo. Tal projeto, após sua aprovação pelo Legislativo local, seguiu para apreciação por parte do Prefeito Municipal, com vistas a ser sancionado ou vetado.
Diante da situação hipotética acima narrada, na condição de Procurador(a) Municipal, foi-lhe solicitada a elaboração de parecer jurídico em que se opine acerca da constitucionalidade da proposição, o qual deve ser elaborado à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.
O Parecer Jurídico deve ser elaborado em até 50 (cinquenta) linhas, devendo o candidato utilizar "###" em substituição a dados não mencionados no enunciado da questão. Serão objeto de avaliação os aspectos formais e materiais de elaboração do parecer jurídico.

RASCUNHO

RASCUNHO

Limite